

Sobre alguns conceitos e características de velhice e terceira idade: uma abordagem sociológica

Gilberto Pinheiro Junior*

Resumo: Definir o que é ser idoso nos dias atuais contribui para quebrar alguns preconceitos sociais. Este artigo procura redelinear os termos velhice e terceira idade como objeto de estudo das Ciências Sociais, definindo algumas abordagens que guiam as discussões sobre as relações sociais envolvendo o idoso. Depois de delinear alguns aspectos relevantes da literatura sobre velhice e terceira idade, o trabalho destaca em especial a contribuição dos nove apontamentos de Debert (1998) sobre os estudos etnográficos a respeito do tema, situando-os diante de outros referenciais de análise para estes estudos, com ênfase ao último item sobre *a ciência e a análise cultural*, no tocante aos indicadores nacionais de envelhecimento populacional.

Palavras-chave: Velhice. Terceira idade. Sociologia. Antropologia. Estudos etnográficos.

Concepts and characteristics of aging and old age: a sociological approach

Abstract: Clarification of what it is to be old helps to remove social prejudices. This article seeks to redefine the terms aging and old age as an object of the Social Sciences, analyzing some approaches that help form an understanding about the social relations that involve the elderly. After reviewing some important concepts about aging and old age, the study highlights the contribution of the nine factors discussed by Debert (1998) in relation to ethnographic studies about the issue and compares them to other analyses.

Key words: Aging. Old Age. Sociology. Anthropology. Ethnographic studies.

1 Introdução

As primeiras abordagens científicas sobre a velhice começam a surgir no século XVI e cientistas como Bacon e Descartes já se preocupavam em analisar aspectos referentes ao envelhecimento. Contudo, o médico francês Jean Marie Charcot, em 1867, foi o primeiro a apresentar um trabalho científico sobre a terceira idade. Seu *Estudo clínico sobre a senilidade e doenças crônicas* procurava destacar a relevância dos estudos sobre o envelhecimento, centrando-se

* Professor da Rede Estadual de ensino. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS). *E-mail:* gpj@uol.com.br.

em suas causas e conseqüências para o organismo humano. Na década de 1970, as novas abordagens começam a se preocupar com os reflexos deste fenômeno para a integração de pessoas idosas à sociedade, em estudos envolvendo não somente aspectos físicos e mentais, como as transformações sociais advindas desse processo. Embora não faça parte do escopo deste artigo, é relevante ressaltar que o primeiro modelo de universidade da terceira idade, como é conhecido, foi implantado em 1974, por Pierre Vellas, em Toulouse (França). Originou-se a partir de várias alternativas educacionais criadas para recém-aposentados, sendo a expressão “terceira idade” (*troisième âge*) elaborada a partir das iniciativas francesas (CACHIONI, 1999). Regressivamente, a segunda idade seria aquela fase do pleno desenvolvimento, em que o indivíduo está integrado às atividades sociais, e a primeira seria a infância. Contudo, várias dúvidas ainda pairam sobre o significado deste termo e suas implicações sociais para a atualidade.

Quem é este indivíduo a quem se dirige o termo terceira idade? A primeira idéia que vem à cabeça quando perguntamos a alguém sobre o que é ser idoso é uma tênue alusão a aspectos como doenças, fragilidade, invalidez e, principalmente, perda de memória. Não é raro perceber o afloramento do preconceito com a velhice mesmo quando alguém diz que o outro está ficando velho pelo fato de não conseguir se lembrar, por exemplo, de onde deixou a chave do carro. Por outro ângulo, quando os primeiros fios de cabelo branco começarem a emergir em nossas cabeças, certamente, iremos ouvir a afirmativa: “você está ficando velho!”

De início, podemos dizer que definir o que é ser idoso nos dias atuais contribui ainda para quebrar alguns preconceitos sociais sobre a condição do idoso no Brasil, além de ser uma tarefa difícil, dada as alterações nos padrões sociais e, principalmente, culturais que contribuem para que, a cada geração, novas características venham se juntar ao rol de situações que definem o que é ser idoso (MASCARO, 1997). A aposentadoria seria uma delas, mas, este aspecto não faz parte do escopo desse trabalho.

Que semelhanças guardam os termos *idoso* e *terceira idade*? Seria a mesma coisa para definir um indivíduo que chegou a uma idade fronteira, ou há distinções que marcadamente modificam o modo como percebemos a realidade do envelhecimento humano e o nosso próprio envelhecimento? O ponto de partida talvez seja procurar delimitar a idade em que se começa a ser considerado idoso em nossa sociedade.

Uma argumentação que, de imediato, já indica o grau de complicação com que nos deparamos nesta tarefa é oferecida por Mascaro (1997, p. 35): “Em nossos dias, uma pessoa de 60 anos, saudável, interessada na vida, produtiva, pode ser considerada velha? [...] Mas, por outro lado, quantas pessoas aos 40 ou 50 anos já estão desgastadas, doentes, e parecem tão velhas?” O comentário da autora demonstra uma tendência em se criar uma confusão quando se procura definir

essa faixa etária e estabelecer padrões para o envelhecimento. Nosso desafio, aqui, é procurar vencer algumas barreiras impostas pelo estereótipo projetado pela sociedade para lançar um olhar mais atento e desmitificante sobre o objeto em estudo e sobre a forma como este é percebido pela sociedade e por si mesmo. Isto é: como o idoso é visto e como este se vê, diante desse quadro social.

2 Parecer e ser idoso: algumas questões de interesse

Ser considerado e parecer velho são duas facetas que apontam para mecanismos complexos no cerne de nossa sociedade e que procuraremos abordar neste artigo a partir das seguintes indagações: Que linha divisória, se é que existe uma, marca o momento em que começa o envelhecimento? Que situações contribuem para dar o pontapé inicial em direção à velhice? Seriam aspectos psicológicos muito bem definidos ou contextos sociais pré-estabelecidos por uma convenção da própria sociedade, que procura colocar em patamares distintos os jovens e velhos?

As orientações de organismos internacionais que procuram balizar um momento específico para se considerar a fase da velhice. Para a Organização Mundial de Saúde - OMS por exemplo, 65 anos é o limite inicial dessa fase, enquanto a Organização das Nações Unidas - ONU considera os 60 anos o marco dessa tênue fronteira. A classificação de uma pessoa como sendo velha, para Neri (1991, p. 79), começa de forma ambígua, com a questão cronológica a partir do nascimento, visto que “[...] idades funcionam como ‘relógios sociais’, estabelecendo agendas para o tempo e o ritmo esperados”. A autora, citando pesquisa realizada por Neri e Wagner (1985), também aponta a velhice como um “estado de espírito”, condicionada a fatores diversos, como personalidade, por exemplo. Como em quase todos os textos que se iniciam com a tentativa de definir velhice ou terceira idade, chegando ao final quase sempre como uma volta ao ponto de partida, embora de forma mais bem sustentada, em Neri isso também parece ocorrer.

Após discutir os resultados da pesquisa, conclui que, “[...] em suma, a questão é polêmica. Conhecê-la melhor talvez permita adentrar os complexos caminhos da estrutura e da dinâmica das relações sociais, bem como seus intercâmbios com a identidade das pessoas” (NERI, 1991, p. 81). Mais adiante, após a apresentação dos resultados da pesquisa sobre *significados de velhice*, realizada em 1997 a partir de categorias etárias, e cuja pretensão, segundo a autora, não é nem antropológica, nem sociológica, a autora acrescenta: “Essa pesquisa foi motivada pelo desejo de saber que tipo de definição etária os sujeitos utilizavam para avaliar velho, velhice e envelhecimento. *Agora sabemos* que eles o fazem segundo os critérios sociais predominantes” (NERI, 1991, p. 88. Grifo meu).

A crítica de Neri recai sobre a vasta tentativa, nas pesquisas já existentes, de se procurar estabelecer um conceito fechado para a velhice e restringir seu significado ao âmbito do interesse

pessoal do pesquisador. Na sua opinião, este entendimento acaba por delinear um quadro predominantemente ideológico que reforça o caráter mitificante, estereotipado e preconceituoso sobre a velhice. Sua crítica torna-se mais acirrada, sobretudo quando transportamos para o campo da pesquisa em Ciências Humanas as tentativas de se definir esse objeto.

Então, o que há em relação ao *que significa ser velho no Brasil* são opiniões. E muitas. De leigos e profissionais. Se quem responde à questão tiver uma pitada de informação ou de sofisticação intelectual, poderá repetir Simone de Beauvoir (1970), e dizer que o velho brasileiro *vive uma situação de escândalo*. Poderá apoiar-se no discurso sociológico para indicar a situação de marginalidade a que o sistema econômico lança seus membros não produtivos; [...] Apoiado num discurso antropológico, nosso informante um pouco mais sofisticado poderá referir-se aos efeitos da urbanização e da industrialização sobre o status do velho, lembrando que em sociedades primitivas, ele merece mais consideração do que nas que viveram ou vivem o processo de modernização. (NERI, 1991, p. 32. Grifos da autora)

De fato, algumas dessas carapuças terminam por servir em cada uma das tentativas de estudar esse grupo, mas, usualmente, é preciso traçar um caminho: esse é o objetivo perseguido no resgate da literatura deste trabalho.

Particularmente interessa em Neri (1991) a sua perspectiva sobre a eficácia desses estudos, quando aponta a dependência do modo como são produzidos e a quem se destinam. A partir daqui, o significado de velhice tomaria múltiplas facetas em confronto com a diversidade de elementos a serem relevados neste tipo de pesquisa: fatores individuais, interindividuais, grupais e socioculturais

Todavia, o envelhecimento também não pode ser considerado como um processo homogêneo, pois “[...] cada pessoa vivencia essa fase da vida de uma forma, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais (classe, gênero e etnia) a ela relacionados, como saúde, educação e condições econômicas”. (MINAYO; COIMBRA JR., 2002, p. 14).

Agregando-se ao rol daqueles que indicam as controvérsias dessa discussão, Salgado (1996) apresenta a possibilidade de se deparar com uma conceituação de cunho individual, ou seja, que começa a se formar a partir do senso comum e especifica-se diante das representações pessoais sobre a velhice ao longo da existência e do convívio social. Para o autor, o conceito individual “[...] é um critério que, muito embora nada tenha de científico, deve ser levado em consideração, pois dele resulta a autoconfiança necessária à auto-imagem, determinante que é de comportamentos mais integrativos, ou menos integrativos”. (SALGADO, 1996, p. 4).

Nota-se, desde já, uma preocupação em se considerar aspectos múltiplos na busca de um conceito sobre o que é a velhice, ao que o autor complementa:

Ao lado da indagação sobre o que é velhice, podemos lançar outras questões como, por exemplo: o que vem a ser infância, a juventude e, mesmo, a idade adulta? As ciências que por longo tempo já vêm desenvolvendo amplos estudos sobre essas etapas da vida ainda não conseguiram compor definições que satisfaçam integralmente a natureza especulativa dos homens, pois, para qualquer proposta apresentada, sempre serão descobertos aspectos

não considerados, mais ou menos importantes segundo as diferentes óticas de análise, convertendo as definições em simples aproximações, de caráter absolutamente temporal. (SALGADO, 1996, p. 5).

Resgatar aqui algumas considerações sobre a velhice a partir de Beauvoir (1990) torna-se oportuno, senão imprescindível. A compreensão do fenômeno do envelhecimento depende de um olhar sobre o todo desta questão que tanto vem preocupando os estudiosos, não somente como um fator biológico, como também cultural.

Do ponto de vista da etnologia, vale considerar que o problema da exclusão do idoso encontra ressonância nas heranças ancestrais do homem, passando por diversos tipos de sociedades humanas ao longo da história. Entretanto, comparando as atitudes perante o idoso nos homens e em outras espécies de animais, Beauvoir (1990, p. 66) afirma que

[...] a maior parte das sociedades não deixa os velhos morrerem como bichos. Sua morte é cercada de um cerimonial para o qual se reivindica, ou se finge reivindicar, seu 'consentimento'. Por outro ângulo, muitas sociedades respeitam as pessoas idosas enquanto estão lúcidas e robustas, mas livram-se delas quando se tornam decrepitas e senis.

Afirma-se, com isso, que o fenômeno da exclusão do idoso, além de um cuidado global durante a busca pelo seu entendimento, depende também de uma observação relativizada sobre as culturas que o engendram. Além, é claro, de um olhar mais atento sobre as diferenças de gêneros. “A velhice não tem o mesmo sentido nem as mesmas conseqüências para os homens e para as mulheres.” (BEAUVOIR, 1990, p. 104).

As representações sociais sobre a velhice, ao longo da história, indicam os níveis de relações entre idosos e os interesses dessa coletividade no que se refere ao seu destino. Significa dizer, segundo Beauvoir, que

É o sentido que os homens conferem à sua existência, é seu sistema global de valores que define o sentido e o valor da velhice. Inversamente: através da maneira pela qual uma sociedade se comporta com seus velhos, ela desvela sem equívoco a verdade – muitas vezes cuidadosamente mascarada – de seus princípios e de seus fins. (BEAUVOIR, 1990, p. 108).

Beauvoir foi uma das primeiras estudiosas a perceber e tentar desembaralhar as dificuldades em se definir as representações sobre a velhice na sociedade contemporânea. Atravessando a confusão, a incerteza e as contradições que cercam esta tarefa, ela apresenta dois sentidos distintos para a palavra “velhice”:

É uma certa categoria social, mais ou menos valorizada segundo as circunstâncias. É, para cada indivíduo, um destino singular – o seu próprio. O primeiro ponto de vista é a dos legisladores, dos moralistas; o segundo, o dos poetas; quase sempre, eles se opõem radicalmente um ao outro. [...] Os ideólogos [referindo-se aos primeiros] forjam concepções da velhice de acordo com os interesses de sua classe. (BEAUVOIR, 1990, p. 109).

Emerge então o idoso como o “outro”, já que, como categoria social, nunca interveio no percurso do mundo. A velhice, desta forma, é desvendada somente a partir da perspectiva das

classes privilegiadas, tornando-a também uma questão de poder (BEAUVOIR, 1990). O aspecto da reciprocidade social também precisa ser observado. Sendo a sociedade uma “totalidade destotalizada”, verifica-se uma separação entre seus membros, embora estes estejam unidos por uma relação recíproca, por conta da diversidade de sua práxis. Aqui começa a gênese do processo de exclusão, já que “[...] o velho aparece aos indivíduos ativos como uma 'espécie estranha', na qual eles não se reconhecem”. (BEAUVOIR, 1990, p. 266).

Apropriando-se do conceito de antinomia de Russell para tratar do problema da exclusão do outro, Souza e Gallo (2002) expõem a questão do estranhamento social, partindo de um paradoxo que diz “[...] que um elemento *estranho* deveria, pois, pertencer ao conjunto, ser parte constitutiva dele, ser um elemento logicamente necessário ao todo – embora, vale enfatizar, paradoxalmente *extraneus* a ele”. (SOUZA; GALLO, 2002, p. 42. Grifos dos autores).

A categoria *idoso* é concebida pela sociedade como sinônimo de gastos e complicações principalmente nos setores da previdência e saúde pública. Se, em muitos casos, a violência dessa exclusão não se manifesta de forma concreta, em tantos outros ela se faz simbólica, ou seja, revestida de um caráter assistencialista que, em muitas situações, obriga o idoso a se “retirar para morrer na montanha”, como em algumas sociedades históricas. Entender o processo de Alteridade parece ser um dos caminhos para a compreensão do mecanismo de exclusão social a que o idoso está sujeito, para assim se extrair do fenômeno do envelhecimento algumas respostas sobre a sua inserção, por exemplo, nas universidades da terceira idade e sua relação com a (re) inclusão desse grupo (PINHEIRO JUNIOR, 2003).

Como este OUTRO é visto pelo outro, ou seja, por aquele que ainda não ultrapassou a tênue fronteira do envelhecimento e que, por isso também, não o reconhece mais como parte do sistema de trocas sociais?

Segundo Souza (2002), boa parte das representações sociais sobre o idoso é fruto de uma atuação da imprensa, que trata de fomentar a formação de uma opinião pública sobre esta realidade. É o OUTRO visto a partir da exposição pública de sua identidade visando, muitas vezes, a institucionalização da exclusão:

Responsáveis, em grande parcela, pela formação de uma 'opinião pública' e de um imaginário social, a imprensa poderia afirmar a necessária postura de positividade em relação ao idoso para que este fosse reconhecido como produtivo, capaz, experiente, mas também como portador de necessidades específicas e, sobretudo, digno de respeito como pessoa e como cidadão. (SOUZA, 2002, p. 208).

Retomando as discussões sobre a complexidade desse tema, Minayo e Coimbra Jr. (2002) acenam para um panorama ideal em que as ações sociais contribuíssem para a formação de atitudes outras sobre a velhice, que não as estereotipadas pelos aspectos biológicos e funcionais (este último

no sentido de produtividade). A velhice poderia então encontrar outros referenciais para a sua definição, que se distanciassem de pechas como “inválido”, “oneroso”, “incômodo” ou mesmo “inconveniente”.

Se, por um lado, vimos a questão do não-reconhecimento por parte daqueles que não aceitam a velhice inserida na reciprocidade da práxis, apresentada anteriormente por Beauvoir, por outro, temos um processo de autonegação de sua própria identidade, como forma de escapar à exclusão, “[...] pois é esta discriminação internalizada que freqüentemente leva os idosos a uma atitude de negação, buscando parecerem mais jovens para serem aceitos e acolhidos, obscurecendo suas características, seus atributos e sua identidade”. (MINAYO; COIMBRA JR., 2002, p. 14).

3 Estudos antropológicos relativos à velhice segundo Debert

A respeito das dificuldades de se delinear este objeto de estudo, situação com que vários pesquisadores se deparam, retomam-se, aqui, algumas considerações de Debert (1998, p. 7) sobre a pesquisa etnográfica, apontando o que a autora chama de “armadilhas que seu estudo traz para os antropólogos que pesquisam as representações e as práticas ligadas ao envelhecimento”.

Após uma breve descrição dessas etapas poder-se-á entender melhor a postura que se deveria tomar ao estudar um grupo social com características que sugerem uma relação bem mais estreita entre o pesquisador e seu objeto. Sem percorrer este caminho, perder-se-ia a chance de melhor delimitar o rol de significados sobre a terceira idade.

Os nove tópicos elencados por Debert para se pensar este tipo de pesquisa e as principais dificuldades que ela apresenta podem ser resumidos em algumas afirmações que indicam, primeiro, que *a velhice não é uma categoria natural*. Vejamos:

[...] as representações sobre a velhice, a idade a partir da qual os indivíduos são considerados velhos, a posição social dos velhos e o tratamento que lhes é dado pelos mais jovens ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos. A mesma perspectiva orienta a análise das outras etapas da vida, como a infância, a adolescência e a juventude. [...] A pesquisa antropológica demonstra, assim, que *a idade não é um dado da natureza, não é um princípio naturalmente constitutivo de grupos sociais*, nem um fator explicativo dos comportamentos humanos. (DEBERT, 1998, p. 8-9. Grifos meus)

Como se percebe, não é possível partir dos estudos voltados às Ciências Médicas, por exemplo, para delinear o que se chama velhice. Para Debert, há outros fatores que contribuem para algum sucesso nos resultados das pesquisas etnográficas e que estão longe de se vincular a aspectos meramente biológicos para se lançar a uma busca muito mais profunda por respostas nos meandros da sociologia. Mais adiante, ela demonstra que “[...] um processo biológico é elaborado simbolicamente com rituais que definem fronteiras entre idades pelas quais os indivíduos passam e que não são necessariamente as mesmas em todas as sociedades”. (DEBERT, 1998, p. 9).

Para Bosi (2001), por exemplo, a velhice pode e deve ser considerada uma categoria social, além de ser um “destino do indivíduo”. O fato de o declínio do ser humano ter significados distintos, em sociedades distintas, torna o conceito de velhice um tanto difícil de precisar, se não resgatarmos alguns procedimentos importantes na pesquisa antropológica, que é a intenção de Debert demonstrar. Bosi (2001) já aponta para as relações de produção na sociedade industrial como um dos fatores que orientam as posturas sociais com relação ao velho:

A sociedade industrial é maléfica para a velhice. [...]. A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força do trabalho ele já não é produtor nem reproduzidor. Se a posse e a propriedade constituem, segundo Sartre, uma defesa contra o outro, o velho de uma classe favorecida defende-se pela acumulação de bens. Suas propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa. (BOSI, 2001, p. 77).

O segundo tópico apresentado por Debert aponta para as categorizações sobre a idade, que, segundo ela, são *construções históricas e sociais*. Elias (1990, apud DEBERT, 1998, p. 10) indica que a modernidade “[...] teria alargado a distância entre adultos e crianças, não apenas pela construção da infância como uma fase de dependência”, situação que pode ser observada somente a partir do século XIII. Esse fenômeno também começa a categorizar o adulto como um ser independente, sujeito às pressões sociais resultantes principalmente das relações de trabalho (DEBERT, 1998).

A segunda armadilha para a qual a autora chama a atenção demonstra que:

As formas como a vida é periodizada e a definição das práticas relacionada a cada período apresenta também variações, de acordo com os grupos sociais no interior de uma mesma sociedade. [...] Os recortes de idades e a definição de práticas legítimas associadas a cada etapa da vida não são, portanto, conseqüências de uma evolução científica marcadas por formas cada vez mais precisas de estabelecer parâmetros no desenvolvimento biológico humano. (DEBERT, 1998, p. 10-11).

A busca por referenciais categóricos universais é a preocupação da terceira assertiva de Debert, que procura, nos estudos das diversas culturas, o que poderia haver de comum nas diversas sociedades, independente das variações culturais, e que serviria de modelo para o entendimento acerca das representações sobre a velhice em nossa sociedade. O que a autora chama de *busca de universais* é um instrumento que permite lançar algumas generalizações a partir de características comuns detectadas nas observações. Debert, entretanto, alerta para as complicações que podem surgir a partir da aplicação dessa técnica, principalmente no que se refere à relação entre pesquisador e pesquisado:

Na pesquisa antropológica, muitas vezes é a impressão que o pesquisador tem sobre a aparência do pesquisado que o leva a caracterizar os indivíduos como velhos. Outras vezes, é a autodefinição do informante, e na maioria das vezes, uma determinação aproximada de sua idade cronológica. (DEBERT, 1998, p. 14)

Três conceitos, essenciais para o entendimento dos estudos antropológicos sobre a velhice, passam pela *idade cronológica, idade geracional e níveis de maturidade*. Trata-se de princípios

organizadores do curso da vida inerentes aos referenciais culturais de cada sociedade. Debert (1998) defende, com base nos estudos de Meyer Fortes, o estabelecimento de distinções entre os conceitos apresentados acima. O cuidado com a observação das diferenças é fonte de preocupação da autora. Sobre os estágios de maturidade, ele sugere que

O ritual de passagem de um estágio para outro não se orienta pela idade cronológica dos indivíduos, mas pela transmissão de *status* sociais, tais como poder e autoridade jurídica, através de rituais específicos cujo momento de realização depende, na maioria das vezes, da decisão dos mais velhos. (DEBERT, 1998, p. 15).

Para cada sociedade, como se pode entender, há alterações de padrões culturais que provocam um distanciamento entre as idades cronológicas, de geração e maturidade. Em uma dada cultura, a primeira pode não definir o status da maturidade no indivíduo, por exemplo. A autora cita o caso das sociedades primitivas, como a dos Tallensi, onde “[...] o estágio de maturidade e a ordem do nascimento nada têm a ver com a geração”. (DEBERT, 1998). As diferenças de categorização entre essas sociedades e as sociedades ocidentais são marcadas por padrões que, no mínimo, oferecem oportunidade de se relativizar o grau de dificuldade em se relacionar as “universais” de que tratou Debert.

O questionamento de Mascaro (1997), no início deste artigo, exemplifica bem as distinções que se deve procurar fazer entre esses conceitos de idade nas diversas culturas: “[...] quantas pessoas aos 40 ou 50 anos já estão desgastadas, doentes, e parecem tão velhas?” (MASCARO, 1997, p. 43)

Agora partimos para o quinto elemento, mais um alerta para as armadilhas no desenvolvimento dos estudos etnográficos sobre a velhice, no que se refere à *cronologização da vida e modernidade*. Aqui se discute a intervenção estatal na redefinição dos espaços doméstico e familiar e a vida como instituição social, ou seja, não apenas nas transformações na forma como a vida é periodicizada. O termo “cronologização da vida”, segundo Deber (1998, p. 18), indica que

[...] o processo de individualização, próprio da modernidade, teve na institucionalização do curso da vida uma de suas dimensões fundamentais. Uma forma de vida, em que a idade cronológica era praticamente irrelevante, foi suplantada por outra, em que a idade é uma dimensão fundamental na organização social.

Aqui começa a inserção das discussões sobre o mundo do trabalho interferindo nas representações sociais sobre a idade e, em consequência, na definição do que é a velhice. A intervenção do Estado começa a se manifestar, inclusive, quando se fala em políticas públicas para a terceira idade, como bem aponta a autora. As esferas pública e privada (no tocante ao aumento do número de idosos e aposentados no Brasil, por exemplo) começam a se aproximar sob a égide estatal quando se fala em aumento populacional e elevação da expectativa de vida. Uma resposta a

estas mudanças na esfera familiar, privada, provocadas pela intervenção estatal referente à categorização etária, pode estar no fato de que

A padronização da infância, adolescência, idade adulta e velhice pode ser entendida como respostas às mudanças estruturais na economia, devidas sobretudo à transição de uma economia que tinha como base a unidade doméstica para uma economia baseada em mercado de trabalho. Inversamente, pode ser dada ênfase ao papel do Estado moderno (...). A regulamentação estatal do curso da vida está presente do nascimento até a morte, passando pelo sistema complexo que engloba as fases de escolarização, entrada no mercado de trabalho e aposentadoria. (DEBERT, 1998, p. 18-20).

O elemento seguinte, o sexto, discute o papel das gerações nas mudanças sociais e, principalmente, na forma como passam a ser caracterizadas durante o curso da vida, sobreposto por diferentes gerações, mas com aspectos semelhantes que, no fundo, são fruto dos mecanismos engendrados, também, pelo mundo do trabalho.

As mudanças sociais na modernidade colocam o significado do termo “geração” a partir de contextos históricos que redefinem uma ordem de agrupamento social em torno de características comuns, que contribuem para a “[...] produção de uma memória coletiva e na construção de uma tradição”. (DEBERT, 1998, p. 19).

Um fato interessante a se destacar sobre a memória é apresentado por Bosi (2001) quando esta indica o percurso social que a engendra:

Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros ‘universos de discurso’, ‘universos de significado’, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma *versão* consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história. Este é, como se pode supor, o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos. (BOSI, 2001, p. 67. Grifos da autora).

É preciso entender as relações sociais no tocante aos aspectos geracionais muito mais pelo viés da construção coletiva da memória do que pelas características meramente etárias, como observam as autoras. Fazer parte de uma geração, desta forma, significa compartilhar representações sociais comuns relativas às fases históricas por que cada pessoa passa, a partir de uma coletividade que reúne as idéias e valores resultantes dos conflitos gerados nesse contexto. Para Debert, não é meramente um agrupamento por ordem etária, como a geração dos 50 anos, dos 60 anos, mas uma vinculação a mecanismos comuns de interação social, como a geração pós-1964 e a geração Internet, por exemplo. Esta atitude de grupo é um dos fatores que contribuem para o desenvolvimento das propostas das universidades da terceira idade, por exemplo, entendendo-se que a interação social, por meio da educação, é um dos seus principais objetivos.

A investigação antropológica e o problema social são apontados por Debert como o sétimo item dessa relação que resgatamos aqui. *A velhice como um problema social* seria o próximo grande problema que enfrenta o pesquisador dessa área. Contudo, como podemos caracterizar um

“problema social” e sua relação com a análise antropológica? Para a autora, “O objetivo do estudo antropológico não é a resolução dos conflitos envolvidos na luta pelos direitos dos idosos”. (DEBERT, 1998, p. 20).

A questão da idade ideal para se aposentar, para se afastar do mercado de trabalho ou de posições sociais de liderança, os programas e atividades ideais para a adaptação do indivíduo ao envelhecimento (como as propostas de cursos para a terceira idade), nada disso, segundo Debert, faz parte do trabalho do antropólogo.

O interesse do antropólogo por esses problemas deveria começar, por exemplo, pela análise das seguintes questões: quem são os agentes envolvidos nessa luta em torno de definições?, qual o tipo de arma que utilizam?, que estratégias põem em ação e como definem as relações de força que estabelecem?, quais são as representações dominantes na organização das práticas legítimas associadas à definição das idades e como a partir delas definem-se os comportamentos corretos ou adequados?, como os indivíduos de mais idade, vivendo em condições distintas, reelaboram essas representações e redefinem novas práticas? (DEBERT, 1998, p. 21).

Apontar caminhos para o entendimento do fenômeno estudado, detectar, analisar e entender a maneira pela qual se manifesta, direcionando o olhar para a definição de uma atitude mais reflexiva que paternalista sobre a velhice: estes são alguns dos pressupostos que devem orientar a busca por respostas, não respostas que resultam em solução dos problemas, até porque seria um tanto arrogante afirmá-las, mas que apontam para a tentativa de se compreender o outro, a partir das condições que determinam suas características. Enfim, como afirma Debert (1998, p. 21), “não cabe ao antropólogo a resolução de um problema social”.

Continuando as considerações sobre a velhice como problema social, a autora apresenta-nos o oitavo aspecto determinante para esta busca pelo entendimento sobre a definição desse fenômeno humano. Ela critica o uso das estatísticas, geralmente apontadas como parâmetros para a definição dos problemas relativos aos idosos em nossa sociedade, equivocadamente usadas como justificativas para o interesse pela pesquisa desse grupo: “Para Remi Lénior (1989), um problema social é uma construção social e não o puro resultado do mau funcionamento da sociedade”. (DEBERT, 1998, p. 22). Continuando as considerações sob a perspectiva de Lénior, a autora elenca quatro dimensões que contribuem para a definição de um problema social, quais sejam:

O *reconhecimento* implica tornar visível uma situação particular. É a conquista de uma atenção pública, e supõe a ação de grupos socialmente interessados em produzir uma nova categoria de percepção do mundo social, a fim de agir sobre ele. A *legitimação* não é consequência automática do reconhecimento público do problema. Ao contrário, supõe o esforço para promovê-lo e inseri-lo no campo das preocupações sociais do momento. [...] As formas de *pressão* envolvem o estudo dos atores sociais que podem tanto representar certos grupos de interesses quanto um interesse geral, que deve ser explicitado enquanto tal. São porta-vozes empenhados em denunciar determinadas questões e que ocupam uma posição privilegiada para torná-las públicas. [...] As formas de *pressão* se traduzem em formas de *expressão*. Na transformação do envelhecimento em problema social estão envolvidas novas definições de velhice e do envelhecimento, que ganham dimensão com a expressão Terceira Idade [...]. O discurso sobre a Terceira Idade, assim, não acompanha

simplesmente processos de mudanças objetivas. Pelo contrário, ele deve ser entendido como parte constitutiva dessas mudanças. (DEBERT, 1998, p. 23. Grifos meus)

Com relação à terceira dimensão, a pressão, vale resgatar aqui uma passagem de Chauí (2001) na “Apresentação” da obra *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, de Bosi (2001), que descreve a transformação da velhice em problema social, indicando o fato de que os idosos não possuem as armas necessárias para lutar por seus direitos:

‘O velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por eles’. Esta, acredito, é sua tese, Ecléa.[...] Por que temos de lutar pelos velhos? Porque são a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara [...]. Mas, se os velhos são os guardiões do passado, porque *nós* é que temos de lutar por eles? Porque foram desarmados. [...] Que é ser velho?, pergunta você. E responde: em nossa sociedade, ser velho é lutar para continuar sendo homem. (CHAUÍ apud BOSI, 2001, p. 18)

Finalmente, a autora nos apresenta o nono item. A velhice, que até a pouco foi discutida como problema social, agora se torna objeto do discurso científico, por intermédio da Gerontologia: o caráter de especialidade envolve-a como objeto desse discurso. Para a autora, com essa transposição, colocam-se em questão múltiplas dimensões que, de um certo modo, oferecem alguma relevância para as pesquisas antropológicas sobre o envelhecimento: “do desgaste fisiológico e o prolongamento da vida ao desequilíbrio demográfico e o custo financeiro das políticas sociais”. (DEBERT, 1998, p. 25).

Com base no discurso científico e na análise cultural acerca do envelhecimento, pode-se entender o papel da Gerontologia nesta procura por respostas, e não de solução para os problemas, como se discutiu no sétimo item. Entretanto, essa disciplina termina por abarcar os problemas demográficos advindos do aumento de idosos, a partir dos índices apresentados pelas pesquisas, deixando de lados outros aspectos que poderiam ser melhor explorados:

Já não se trata apenas de melhorar as condições de vida do velho pobre, ou de propor formas de bem-estar que deveriam acompanhar o avanço das idades [...]. Trata-se agora de apontar os problemas que o crescimento da população idosa traz para a perpetuação da vida social, contrapondo-o à diminuição das taxas de natalidade. Ou seja, o envelhecimento se transforma em um perigo, em uma ameaça à vida social. (DEBERT, 1998, p. 25).

Inserem-se, aqui, as análises culturais sobre o envelhecimento, com base no viés antropológico que, segundo a autora, são uma nova frente que se abre para essas investigações, a partir da organização das representações sobre a velhice nos discursos científicos. (DEBERT, 1998).

4 Considerações finais

Depois de delinear alguns aspectos relevantes da literatura sobre velhice e terceira idade, destacaria em especial a contribuição dos nove apontamentos de Debert para estes estudos, com ênfase ao último item sobre *a ciência e a análise cultural*, no tocante aos indicadores nacionais de

envelhecimento populacional. Como a velhice é apresentada pelos números estatísticos e de que forma isto é recebido pelos especialistas e pelo Estado? Até que ponto dados do IBGE, por exemplo, poderiam oferecer subsídios para a investigação antropológica, a efeito do que acontece na Gerontologia, e de que maneira a Antropologia se orienta a partir desses índices para oferecer propostas de entendimento sobre este fenômeno?

Mais ainda, quais as relações entre as alterações demográficas e os princípios legais que devem resguardar os direitos individuais no tocante ao envelhecimento digno e saudável? De que forma o mundo se prepara para cuidar de seus velhos? São questionamentos que precisam ser perseguidos e discutidos à exaustão, seja em forma de debate sobre as políticas públicas para a terceira idade no Brasil e no mundo, seja em forma de estudos científicos que forneçam pistas para um mundo com qualidade de vida, que acompanhe o indivíduo nas suas diversas fases sociais.

Como forma de fomentar este debate, seu objetivo primeiro, esse artigo finaliza retomando as palavras de Simone de Beauvoir sobre o que toca a consciência universal da condição humana diante do envelhecimento:

A sociedade só se preocupa com o indivíduo na medida em que este rende. Os jovens sabem disso. Sua ansiedade no momento em que abordam a vida social é simétrica à angústia dos velhos no momento em que são excluídos dela. Neste meio tempo, a rotina mascara os problemas. O jovem teme essa máquina que vai tragá-lo e tenta, por vezes, defender-se com pedradas; o velho, rejeitado por ela, esgotado, nu, não tem mais que os olhos para chorar. Entre os dois, a máquina gira, esmagando homens que se deixam esmagar porque nem sequer imaginam que podem escapar. Quando compreendemos o que é a condição dos velhos, não podemos contentar-nos em reivindicar uma 'política da velhice' mais generosa, uma elevação das pensões, habitações sadias, lazeres organizados. É todo o sistema que está em jogo e a reivindicação só pode ser radical: mudar a vida. (BEAUVOIR, 1990, p. 665).

Referências bibliográficas

BEAUVOIR, S. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DEBERT, G.G. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: DEBERT, G.G. (Org.). *Antropologia e velhice*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998, p. 7-27. (Textos Didáticos).

CACHIONI, M. Universidade da terceira idade: das origens à experiência brasileira. In: NERI, A.L.; DEBERT, G.G. (Org.). *Velhice e sociedade*. Campinas: Papirus, 1999, p. 141-178.

CHAUÍ, M.S. Apresentação: os trabalhos da memória. In: BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 17-33.

MASCARO, S.A. *O que é velhice*. São Paulo: Brasiliense, 1997. (Coleção Primeiros Passos).

MINAYO, M.C.S; COIMBRA Jr., C.E.A. (Org.). *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

NERI, A.L.; WAGNER, E.C.A.M. Opiniões de pessoas de diferentes faixas etárias sobre velhice: um estudo exploratório. *Estudos de Psicologia*, Natal, v.2, n. 2-3, p. 81-104,1985.

NERI, A.L. *Envelhecer num país de jovens*. Significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

PINHEIRO JUNIOR, G. *O Brasil de cabelos brancos: dos conceitos e números sobre a velhice a universidade da terceira idade*. 2003. 100 f. (Monografia de Conclusão de Curso em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Campinas - Instituto de Ciências Humanas. Campinas, 2003.

SALGADO, M.A. Conceituação de velhice. *Terceira Idade*, São Paulo, ano VI, n. 11, mar. 1996. , SESC.

SOUZA, E.R. et al. O idoso sob o olhar do outro. In: MINAYO, M.C.S; COIMBRA Jr., C.E.A. (Org.). *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, p. 191-209.

SOUZA, R.M.; GALLO, S. Porque matamos o barbeiro? Reflexões preliminares sobre a paradoxal exclusão do outro. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano 23, n. 79, p. 39-63, ago. 2002.

Endereço:

Rua Heitor Diniz Capello 27, Jardim das Oliveiras,

CEP 13044-110, Campinas /SP

Fone: (019) 3276-0569/9782-5004

Recebido: Julho/2004
Aprovado: Outubro/2004